



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 443-09 - REMUNERAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1978/11	DATA: 25/11/2011
INÍCIO: 16h23min	TÉRMINO: 18h01min	DURAÇÃO: 01h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h38min	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>RANIERY PAULINO – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública.</p> <p>ODON BEZERRA – Presidente da Ordem dos Advogados da Paraíba e representante da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>SANNY JAPIASSÚ DOS SANTOS – Representante da Associação Nacional dos Procuradores de Estado — ANAPE.</p> <p>JOÃO SOARES DA COSTA NETO – Representante do Fórum Nacional da Advocacia Pública.</p> <p>EDUARDO ARTUR NEVES – Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.</p> <p>JOSÉ GALDINO DA SILVA FILHO – Representante da Associação Nacional dos Procuradores Federais.</p> <p>TÂNICA TAVARES E SILVA – Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.</p> <p>BRUNO SANTOS CUNHA – Representante da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.</p> <p>MANOEL IZIDRO DOS SANTOS NETO – Representante da Federação Nacional do Fisco.</p> <p>FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO – Representante da Associação Nacional dos Advogados da União – ANAUNI.</p> <p>JANDUHY CARNEIRO – Deputado Estadual e Presidente da CCJ da Paraíba.</p> <p>FRANCISCO ÂNGELO ARAÚJO – Representante do SINTAF do Ceará.</p> <p>JOSINETE DANTAS – Representante da Defensoria Pública do Ceará.</p> <p>VICTOR HUGO PEREIRA DO NASCIMENTO - Representante do SINDIFISCO da Paraíba.</p> <p>TEOMANO LEITE JAPIASSÚ – Representante da Associação Paraibana dos Auditores Fiscais da Receita Federal.</p> <p>GLAUCO JOSÉ EGGERS – Representante da Delegacia Sindical na Paraíba, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.</p> <p>PETROV FERREIRA BALTAR FILHO – Representante da Associação Nacional dos Advogados da União.</p> <p>RUBENS NAKANO – Auditor Fiscal da Receita Federal.</p> <p>FELIPE MORAES – Representante da ASPAS.</p> <p>ANTÔNIO PEREIRA – Vereador de Campina Grande, Paraíba.</p>

SUMÁRIO: Discussão da PEC 433/2009, que trata da remuneração de advogados públicos.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Vamos voltar ao início, então, para que fique registrado na gravação da Câmara Federal.

Uma boa tarde a todos e a todas. É um prazer muito grande. Quero agradecer a presença a todos aqui.

Esta é uma reunião, uma audiência da Comissão Especial da PEC 443, que inicialmente foi proposta para a Advocacia Pública e recebeu várias emendas; exatamente para este debate é que nós estamos fazendo audiências estaduais. Fizemos em São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, estamos fazendo hoje aqui em João Pessoa, e vamos fazer segunda-feira em Curitiba. No dia 1º de dezembro vamos ter um seminário nacional em Brasília, na sala da CCJ, às 9 horas da manhã.

Nós organizamos estas audiências para ouvir as entidades estaduais e participantes em nível pessoal, porque as entidades nacionais vão ter a oportunidade de no seminário debater suas ideias, congregando todos os debates efetuados. Então, isto aqui é para nós ouvirmos principalmente as entidades estaduais e pessoas que queiram manifestar-se. Mas, pela sistemática que adotamos, nós vamos compor a Mesa com as entidades nacionais, que vão fazer uma abertura com uma simples comunicação, breve manifestação de cada uma delas.

Antes, porém, eu queria registrar aqui a presença do Deputado Wilson Filho, que vocês conhecem, e que é o Coordenador da PEC 443 aqui para o Norte e Nordeste. Se der errado a culpa é dele, aqui no Norte. *(Risos.)* É só brincadeira.

Eu quero também convidar para participar da Mesa o Deputado Estadual Raniery Paulino, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública. *(Palmas.)*

Quero chamar o Deputado Federal Manoel Junior, que também faz parte da Comissão da PEC 443. Não o havia visto aí, desculpe-me. *(Palmas.)*

Quero convidar para participar da Mesa o Dr. Odon Bezerra, Presidente de todos os advogados e representante da OAB aqui no nosso Estado. *(Palmas.)*

Vou chamar então os restantes para compor a Mesa, e talvez vamos precisar de algumas cadeiras a mais. Não sei quem pode ajudar a resolver este probleminha aqui. Vamos precisar de mais algumas cadeiras. Se não houver espaço na lateral,



podemos colocar atrás. Mas cinco ou seis, mais ou menos. Esta é uma característica destas audiências, ouviu, Wilson? As entidades nacionais têm estado presente em todas elas, valorizando muito o debate. Acho que é uma coisa importante.

Vamos chamar para participar da Mesa a Dra. Sanny Japiassu, representante da Associação Nacional dos Procuradores de Estado — ANAPE. *(Palmas.)*

Vou convidar para vir para a Mesa o Sr. João Soares da Costa Neto, representante do Fórum Nacional da Advocacia Pública. *(Palmas.)*

Vou convidar o Dr. Eduardo Artur Neves, representante do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. *(Palmas.)*

Convido o Dr. José Galdino, representante da Associação Nacional dos Procuradores Federais. *(Palmas.)*

Convido a Dra. Tânia Tavares, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. *(Palmas.)*

Convido o Dr. Manoel Izidro, representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital. *(Palmas.)*

Convido o Dr. Bruno Santos Cunha, representante da Associação Nacional dos Procuradores Municipais. *(Palmas.)*

Convido o Dr. Fernando Baltar, da Associação Nacional dos Advogados da União — ANAUNI. *(Palmas.)*

Eu repito então que Agamenon está ajudando-nos. Quem mais queira inscrever-se, representando entidades estaduais ou para falar em nome próprio, pode inscrever-se com Agamenon, no fundo da sala. Está bem?

Vamos dar então início à nossa audiência. Eu vou começar passando a palavra, para uma breve saudação, ao Deputado Estadual Raniery Paulino, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública.

O SR. RANIERY PAULINO - Boa tarde a todos. Já fui pego de surpresa. *(Risos.)* Não sabia nem que eu ia falar, e ser laureado abrindo esta importante audiência pública para nós.

Sobretudo, Sanny, meu caro Wilson, José Mentor, Manoel Junior, eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa de Manoel Izidro, sobretudo pela luta que ele tem enfrentado, nesta batalha, juntamente com a categoria do Fisco *(palmas)*, ao longo



destes últimos 60 dias. Mas a minha fala aqui é muito mais para registrar o espaço, o fórum que nós abrimos na Assembleia, uma demanda já desta nova gestão da ASPAS, tendo à frente a nossa querida amiga, que conheço de longa data, e conheço seu trabalho, que é Sanny Japiassu.

Com ela, e com um grupo de procuradores, inclusive Silvino, que é meu colega de MP e amigo, tivemos uma reunião na Assembleia e surgiu essa demanda, a de na Assembleia nós fazermos também esse fórum, para tratar não só da PEC 443 mas de temas importantes da Advocacia Pública, dos procuradores, dos defensores públicos (*palmas*), que sem dúvida alguma fazem o tripé que é necessário para se exercer a justiça no nosso Estado, no nosso País.

Então, eu venho aqui em nome da Assembleia da Paraíba. Queria muito que este evento estivesse acontecendo lá neste momento, mas a logística da Assembleia não permite audiência pública à tarde, porque é fechada à tarde a Assembleia da Paraíba, pelo que, para nosso desgosto, não foi possível a realização lá, mas deixo aqui o nosso compromisso, com o nosso mandato, na Frente Parlamentar que eu represento aqui; são mais de 10 Deputados Estaduais que abraçaram também esse fórum para nós mantermos esta discussão perene, não é? Não só agora. E, principalmente, quero louvar esta iniciativa. Temos dois paraibanos aqui, por exemplo, o Deputado Manoel Junior e o Deputado Wilson Filho, que a Paraíba conhece de perto. As suas lutas e as suas bandeiras são muito identificadas com as demandas da Paraíba. Então, eu venho trazer esta disposição de ser mais um a colaborar com as demandas, sobretudo a de fazer o direito público, o direito para as pessoas, posicionados para recebê-los bem e acompanhar com a dignidade de que o povo paraibano precisa, e que merece.

Muito obrigado pelo convite. Estarei sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado. (*Palmas.*)

Gostaria que usasse a palavra o Dr. Odon Bezerra, Presidente da Ordem dos Advogados da Paraíba e representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. ODON BEZERRA - Sr. Deputado Wilson Santiago, Deputado Manoel Junior, colegas da Mesa, minhas senhores, meus senhores, primeiro, quero agradecer o convite. A Dra. Sanny Japiassu ontem telefonou-me, e eu encontrava-me na cidade de Curitiba, participando de um evento da Advocacia



brasileira, e tinha prometido o auditório da Ordem dos Advogados do Brasil para que fosse realizada esta discussão, esta audiência pública, em nossa Casa; mas, infelizmente, o auditório estava ocupado, em razão de uma solenidade, marcada antecipadamente também. Então, eu peço minhas desculpas, mas já havia inclusive autorizado, caso não houvesse qualquer agendamento para o auditório.

De mais a mais, eu fico extremamente à vontade para falar a vocês, porque se trata primeiro da nossa classe, a classe dos advogados, e como ninguém eu sei do trabalho, do destemor que têm esses profissionais perante a Justiça Estadual, na figura dos defensores públicos, e no Estado da Paraíba, sem medo de errar, 90% das demandas são promovidas pela Defensoria Pública (*palmas*). É uma classe que vem, Deputado, há mais de 20 anos travando uma verdadeira luta para o reconhecimento, principalmente o reconhecimento salarial, porque eu conheço colegas no interior do Estado da Paraíba que são defensores públicos, que têm residência aqui na cidade de João Pessoa e que têm extrema dificuldade para viajar, porque as diárias são ínfimas, porque a estadia é precária, porque o que dão a essas pessoas também é insignificante para que elas possam desempenhar o verdadeiro papel de um advogado.

Mas nem por isso a Defensoria tem feito tábua rasa do seu fiel cumprimento daquilo que eles juraram, ou seja, defender principalmente os mais necessitados, e a nossa Defensoria Pública faz isso aqui no Estado da Paraíba com muito denodo. Faz e eleva o espírito daquelas pessoas que, infelizmente, procuram a Defensoria Pública porque não têm condições de contratar um advogado. Mas essas pessoas trabalham. Infelizmente a remuneração não é condigna. Ela é ínfima. Salvo melhor juízo, uma das mais baixas de todo o território nacional. E aí, creio eu que seja de muita valia esta discussão — em fortalecimento, inclusive — para a classe dos Defensores Públicos no Estado da Paraíba.

Eu quero ainda, antes de falar da Advocacia Pública da União, parabenizar a Câmara dos Deputados por esta nova metodologia de trazer os temas e discutir com a sociedade. Esta é a segunda discussão que faço em menos de 1 mês. Há pouco tempo nós estávamos discutindo a reforma do Código de Processo Civil lá no MP, com o Deputado Efraim Filho, também da Paraíba, reforma essa que vai ser de grande importância para a Advocacia de uma forma geral, e aí muita coisa há de se



discutir, porque inclusive fizemos algumas ingerências, para que, por exemplo, o nosso salário não possa sofrer qualquer tipo de penhora, e há o pensamento de se fazer isso. E lá em Curitiba fiz questão de enfatizar isso, e obtive aprovação unânime a proposta que fiz em plenário.

Na Advocacia da União, eu, como advogado, não apenas, agora, falando como Presidente da Ordem, sei do desempenho que vocês têm, daquilo que vocês fazem em defesa da União, porque eu tenho várias ações contra a União, que é quem mais desrespeita o direito do cidadão. Os recursos repetitivos, os recursos que são obrigados, vocês, a fazer, e... Já me dão o cartão vermelho. Advogado, quando pega um microfone, é terrível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Por isso que eu dei o cartão amarelo. *(Risos.)*

O SR. ODON BEZERRA - *(Risos.)* Então, eu sei do trabalho de vocês e da importância que vocês têm, também, para a Advocacia, para o sistema jurídico brasileiro. Então, eu faço votos para que vocês obtenham sucesso, e se dependesse apenas da minha palavra, do meu voto, vocês já poderiam contar com ele.

Eu espero que as autoridades legislativas tenham consciência e votem por essa classe.

Ao SINDIFISCO, que hoje chega e se incorpora, a vocês também toda a minha admiração, pela luta que vocês sempre travam em favor da categoria. E a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional da Paraíba, sempre vai estar ao lado dessas lutas da sociedade paraibana.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Concedo a palavra à Dra. Sanny Japiassú, para uma breve saudação. *(Risos.)*

A SRA. SANNY JAPIASSÚ DOS SANTOS - Deputado José Mentor, é um prazer muito grande recebê-lo, proporcionar ao senhor a oportunidade de conhecer João Pessoa e esta terra maravilhosa que é a Paraíba. O senhor me confidenciou que é a primeira vez que vem à Paraíba. Seja muito bem-vindo. Uma das nossas características é receber bem, gostar dos nossos visitantes. *(Palmas.)* Aproveite bem este tempo que passa conosco.



Quero agradecer muito, mas muito mesmo, a sua presença aqui, a sua disposição de se deslocar de Brasília num final de sexta-feira para conversar, para debater e, acima de tudo, para ouvir as entidades e os profissionais envolvidos na PEC 443.

Estou aqui na condição de representante da ANAPE, mas posteriormente falarei em nome da Associação dos Procuradores do Estado da Paraíba — ASPAS.

Encerro minhas palavras com este agradecimento.

Agradeço muito também o empenho dos Deputados Wilson Filho e Manoel Junior para que esta audiência acontecesse aqui na Paraíba. É um honra muito grande para nós. A Paraíba, pequenina, é muitas vezes esquecida. Todos nós estamos orgulhosos de realizar esta audiência pública, a exemplo dos eventos realizados na Bahia e no Ceará, nossos fortes, grandes e ricos irmãos nordestinos. A pequena Paraíba, com sua força, com sua coragem, com sua determinação e luta, está tendo a mesma oportunidade de debater este tema.

Muito obrigada, e seja bem-vindo. Espero que esta seja a primeira de muitas visitas que o senhor fará à nossa terra. *(Palmas.)*

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Eu só queria justificar aos presentes, à Mesa, principalmente aos inscritos, que eu não sigo exatamente a ordem de inscrição, porque às vezes se encavalam temas iguais. Nós vamos mesclando, para ouvir opiniões diferentes.

Com a palavra o Dr. João Soares da Costa Neto, representante do Fórum Nacional da Advocacia Pública.

O SR. JOÃO SOARES DA COSTA NETO - Deputado José Mentor, ilustre Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados designada para discutir a PEC 443, na sua pessoa saúdo os demais integrantes da Mesa, em especial os Deputados Manoel Junior e Wilson Filho, representantes da Paraíba na Casa do povo.

Sou paraibano aqui de João Pessoa, procurador da Fazenda Nacional, Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional — SINPROFAZ e estou aqui representando o Dr. Allan Titonelli, que é Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Ele me ligou e pediu que eu viesse especialmente



reforçar a posição do Fórum Nacional, que congrega quase todas as associações representativas da Advocacia Pública Federal, procuradores da Fazenda, advogados da União, procuradores federais, procuradores do Banco Central.

Esta PEC é uma iniciativa do Fórum junto com a ANAPE, a ANPM e os defensores públicos, que já tinham uma PEC do Deputado Wilson Santiago pai. Essa PEC tramita em conjunto com a PEC 443.

Queremos reforçar que a nossa posição não é uma posição separatista, segregacionista. Nós entendemos que a PEC 443 trata de carreiras essenciais da Justiça, de funções essenciais da Justiça. Nós, procuradores da Fazenda Nacional, trabalhamos junto com os auditores no Ministério da Fazenda, desenvolvemos um trabalho conjunto, mas nós entendemos que as carreiras de auditoria, que respeitamos e pelas quais temos uma profunda admiração, necessitam, precisam, merecem uma PEC própria e têm força e prestígio para isso (*palmas*), não precisam vir a reboque da Advocacia Pública, gerando uma inconstitucionalidade. Porque, se a PEC inclui dispositivos no art. 131 da Constituição, que trata da Advocacia, da Advocacia Pública em especial, a inclusão dos auditores, *data venia*, com todo o respeito, vai gerar um vício de inconstitucionalidade material e formal seriíssimo, vai atrapalhar o andamento futuro. A PEC não vai ser aprovada, com certeza. Vai haver uma resistência enorme da base governista.

Nós reforçamos que não temos uma posição separatista, segregacionista. Mas esta foi uma iniciativa do Fórum, dos procuradores de Estado, dos procuradores de Município e dos defensores públicos, que procuraram o Deputado Bonifácio de Andrada e conseguiram as assinaturas para a propositura da PEC.

O Fórum sempre se colocou à disposição das carreiras do Fisco para sentar e discutir, mas neste ponto, infelizmente, não pode haver negociação, sob pena de a PEC não ter sucesso. Infelizmente. Nós gostaríamos.

A mesma coisa acontece com os delegados, que têm uma PEC própria, a PEC 300, que para ser votada só falta a Mesa da Câmara marcar a sessão plenária. Infelizmente, também é complicado. Eles têm a PEC deles. É complicado dizer isto, mas, com todo o respeito, esta PEC é nossa.



Repito, não vejam nas minhas palavras nenhuma posição de preconceito, de separação, muito pelo contrário, vejam o reforço a uma luta que já remonta a 2009, uma luta que começou em 2009, quando nós procuramos um Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Para concluir.

O SR. JOÃO SOARES DA COSTA NETO - Muito obrigado, Deputado. Não vou me alongar mais. O senhor já conhece o posicionamento do Fórum, já conhece a nossa posição. Nós estamos democraticamente participando de todas as discussões e vamos continuar reforçando a nossa luta.

Mais uma vez parablenzo-o pela iniciativa de vir à Paraíba, assim como aos demais Deputados presentes. Também estão aqui o Deputado Estadual Raniery Paulino e o Presidente da OAB. Este é um foro democrático. Isto é democracia. Mas, infelizmente, neste ponto não podemos abrir mão das nossas prerrogativas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Eu queria convidar para vir compor a Mesa o Deputado Estadual Janduhy Carneiro, Presidente da CCJ da Paraíba. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Artur Neves, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O SR. EDUARDO ARTUR NEVES - Sr. Deputado José Mentor, Sr. Deputado Wilson Filho, Sr. Deputado Manoel Junior, ilustres membros da Comissão Especial da PEC 443 de 2009, ilustres colegas, membros desta Mesa, companheiros desta luta, estou aqui representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, do qual sou membro. Sou do Rio de Janeiro e também sou membro da Diretoria Nacional, que tem sede em Brasília.

Eu queria mencionar aqui um fato interessante. Recentemente, o Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao abordar o direito de greve dos servidores públicos, tratando do caso dos policiais de Brasília, transcreveu a seguinte ementa da Reclamação nº 6.568:

“Os servidores públicos são, seguramente, titulares do direito de greve. Essa é a regra. Ocorre, contudo, que entre os serviços públicos há alguns que a coesão social impõe sejam prestados plenamente, em sua totalidade.



Atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça — onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária — e a saúde pública não estão inseridas no elenco alcançado por esse direito.”

Se esse é o entendimento que venha a prevalecer, os ocupantes desses cargos estarão impedidos de entrar em greve, sendo mais do que justo e necessário que os mesmos passem a ser retribuídos por uma forma de remuneração que lhes garanta o exercício tranquilo de suas atribuições, sem que fiquem sujeitos às interferências de governos de momento, de políticas equivocadas ou de medidas provisórias. O exercício de seus cargos e de suas atribuições estará assegurado por garantia constitucional, constituindo-se numa defesa para a própria sociedade.

Srs. Deputados, ilustres colegas, o que os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil desejam é nada mais do que justiça e isonomia de tratamento entre cargos e funções que, pela suas atribuições, com o mesmo nível de complexidade, e pela sua essencialidade constitucionalmente reconhecida, devem merecer a mesma forma de remuneração e uma retribuição garantida constitucionalmente, para evitar ingerências políticas no exercício de suas funções, essenciais ao funcionamento do Estado Democrático brasileiro.

Era esta a mensagem que eu queria lhes trazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. José Galdino da Silva Filho, representante da Associação Nacional dos Procuradores Federais.

O SR. JOSÉ GALDINO DA SILVA FILHO - Boa tarde a todos.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Deputado José Mentor, Presidente da Comissão Especial da Advocacia Pública, e os Deputados Federais Manoel Junior e Wilson Filho, nas pessoas de quem saúdo todos os membros da Mesa.

Dirigindo-me diretamente ao tema, eu gostaria de elogiar esta iniciativa de trazer temas tão relevantes como a remuneração de entidades de classe para serem



tratados no âmbito dos Estados, como estamos fazendo neste momento aqui em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba.

Com relação à posição da ANPAF no pleito, nós nos acostamos exatamente ao que foi dito pelo colega Dr. João Soares, representante do Fórum. Já é um pleito antigo da Advocacia Pública esse tratamento uniforme, como diz o texto constitucional respeitante às funções essenciais da Justiça.

No mais, eu gostaria de deixar a mensagem da ANPAF, Associação Nacional dos Procuradores Federais, e de desejar que este fórum de debates, esta reunião, esta sessão pública, seja profícua e que para todos os membros que se aqui encontram, mais ostensivamente para os membros da Advocacia Pública, estes debates transcorram de forma pacífica e resultem no sucesso que todos nós almejamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Convido para usar a palavra a Dra. Tânia Tavares e Silva, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A SRA. TÂNIA TAVARES E SILVA - Exmos. Srs. Deputados José Mentor, Wilson Filho e Manoel Junior, nas pessoas de quem cumprimento as demais autoridades, senhoras e senhores:

Assim como a Advocacia Pública, a Auditoria Fiscal do Trabalho também é essencial para a organização do Estado e para o desempenho de suas funções jurisdicionais. Por isso o nosso pleito de inclusão na PEC 443 através da Emenda nº 4.

Em todas as atribuições desempenhadas pelo auditor fiscal do Trabalho, tem-se a atividade estatal em sua mais profunda essência. Trata-se do exercício indissociável da ação do Estado para assegurar o respeito aos direitos do cidadão.

Posteriormente discutiremos o fundamento legal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Convido para usar a palavra o Dr. Bruno Santos Cunha, representante da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.

O SR. BRUNO SANTOS CUNHA - Prezados senhores, eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados integrantes da Mesa, os Deputados José Mentor,



Wilson Filho e Manoel Junior, em nome da Associação Nacional dos Procuradores Municipais. Parabenizo-os pela iniciativa, muito inteligente e muito profícua, de trazer o Legislativo para perto do povo por intermédio das audiências públicas. Essa é uma iniciativa que deve começar a se espalhar por todos os outros foros, que não só o da Advocacia Pública, que represento aqui ao lado de colegas.

Eu gostaria de salientar que represento a Associação Nacional dos Procuradores Municipais, como Conselheiro, e que sou Presidente da Associação dos Procuradores do Município de Recife, Capital vizinha. É um orgulho estar na Paraíba discutindo isto como recifense adotado que sou. Represento o nosso Presidente, Dr. Evandro de Castro Bastos, que não pode estar presente mas fez questão de que a ANPM participasse de todas as discussões em torno da PEC 443.

Adentrando rapidamente no mérito, eu só saliento e reitero a posição dos colegas da Advocacia Pública Federal, segundo a qual a ANPM também se ajusta a essa posição em favor da PEC 443 tal qual ela se apresenta atualmente. Seria uma honra, na verdade é uma honra para a ANPM participar desta PEC, dando força à proposição.

Parabenizo os Deputados por esta grande oportunidade de entrar em contato mais direto com o povo da Paraíba e o povo nordestino para discutir tema tão interessante e tão oportuno como é a Advocacia Pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Manoel Izidro dos Santos Neto, representante da Federação Nacional do Fisco.

O SR. MANOEL IZIDRO DOS SANTOS NETO - Boa tarde a todas e a todos. Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Deputado José Mentor, Presidente da Comissão Especial da PEC 443, e, ao mesmo tempo, para parabenizá-lo pela iniciativa de peregrinar por todo o País para discutir esta PEC tão importante para as carreiras de Estado. Cumprimento também o Deputado Efraim Filho, a quem parabenizo por trazer esta audiência pública...

(Não identificado) - Wilson Filho.



O SR. MANOEL IZIDRO DOS SANTOS NETO - Wilson Filho. Perdão, perdão. Cumprimento o Deputado Wilson Filho por trazer esta discussão, esta audiência pública aqui para o Estado da Paraíba, para João Pessoa.

Cumprimento os Deputados Manoel Junior, Raniery Paulino e Janduhy Carneiro e também o amigo e companheiro Odon Bezerra, Presidente da OAB, e, na pessoa da Dra. Sanny Japiassú, a todos os demais membros da Mesa.

Sabemos que a PEC 443 inicialmente é para os advogados públicos. Estou aqui representando a Federação Nacional do Fisco, que tem em sua base 30 sindicatos filiados, de todo o País, e representa em suas bases mais de 36 mil servidores fiscais tributários.

Nossa intenção aqui é somar. A PEC 443, inicialmente dos advogados públicos, hoje já se diz PEC das carreiras jurídicas essenciais à Justiça.

Nosso pleito, que já tive a oportunidade de externar em Fortaleza e Salvador, o mesmo pleito que fizeram companheiros da FENAFISCO em São Paulo e em Minas Gerais, é pela inclusão das carreiras essenciais ao funcionamento do Estado.

Esta PEC é das carreiras essenciais à Justiça, e o nosso pleito é pela inclusão das carreiras essenciais ao funcionamento do Estado, que são os auditores fiscais tributários ou do Trabalho da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Fica aqui o nosso apelo, a nossa solicitação, principalmente aos Deputados Federais paraibanos, que estarão lá, com certeza, a nos ajudar.

Muito Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Eu convido para usar a palavra o Dr. Fernando Ferreira Baltar Neto, representante da Associação Nacional dos Advogados da União, ANAUNI.

O SR. FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO - Boa tarde. Quero saudar a todos na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado José Mentor. Aproveito também para cumprimentar os nossos Deputados Wilson Filho, Manoel Junior, Raniery Paulino e todos os demais Deputados que comparecerem a este evento, que, conforme já foi destacado pelos colegas, é realmente importante. É gratificante ver a nossa Câmara dos Deputados querendo se aproximar da população e colher as impressões que emanam realmente diretamente do povo.



Nós entendemos, como Associação Nacional dos Advogados da União, que o nosso Congresso Nacional tem a chance de reparar um equívoco histórico, uma distorção da vontade do legislador constituinte originário.

A Constituição de 1988, quando cria a Advocacia-Geral da União, no art. 29, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, faculta à carreira de procurador da República a possibilidade de ingressar nas carreiras da Advocacia-Geral da União. Ou seja, aquelas funções que eram desempenhadas pelos procuradores da República eram fracionadas, e parte delas continuaria com o Ministério Público, parte delas seria desempenhada pela Advocacia-Geral da União. Quem era procurador da República poderia então passar a ser advogado da União, a pertencer à Advocacia-Geral da União.

É evidente, é cristalina a vontade do nosso legislador de que essas duas instituições tivessem tratamento paritário. Com o passar do tempo, isso foi se perdendo em decorrência de pressões e do poder do Ministério Público e da ausência desse prestígio político pela Advocacia-Geral da União. Mas essa não é a vontade do nosso legislador constituinte.

Ademais, é estranho, causa até surpresa, que o Estado brasileiro queira se dispor a remunerar em um patamar os juízes que julgam as causas contra o Estado e aqueles que impetram ações contra o Estado, e queira remunerar num patamar inferior aqueles profissionais da área jurídica que defendem o Estado.

O que nós entendemos aqui, Deputado José Mentor, é que a Câmara tem a oportunidade de reparar esse equívoco que ocorreu com o passar dos anos.

No mais, eu ratifico as palavras do colega Dr. João Soares. A leitura que ele fez do voto do Ministro Cezar Peluso, Presidente do STF, deixou bastante claro que o Fisco, os policiais, os médicos, os advogados, os defensores públicos devem receber uma remuneração digna, que não venha a criar essa instabilidade que nós vivemos.

Mas nós realmente entendemos que o ingresso dos fiscais na nossa PEC vai causar um vício, justamente porque nós estamos tratando de uma reforma do art. 131, e o art. 131 dispõe realmente sobre a Advocacia Pública.

No mais, quero reforçar meus agradecimentos à Câmara dos Deputados, que veio aqui à Paraíba colher as nossas impressões.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Eu concedo a palavra ao Deputado Estadual Janduhy Carneiro, Presidente da CCJ da Paraíba.

O SR. JANDUHY CARNEIRO - Eu queria saudar os membros da Mesa na pessoa do Deputado Wilson Filho e dizer a todos os presentes, às senhoras e aos senhores, que, juntamente com o Deputado Raniery Paulino, nós estamos hipotecando toda a solidariedade a este encontro. Hoje mesmo, Raniery, recebi uma notícia boa. O Presidente do Tribunal de Justiça enviou o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Judiciário Estadual hoje pela manhã. Assumi para a tarde este compromisso de vir aqui discutir a PEC 443 de 2009. Podem contar com o nosso apoio, com a nossa solidariedade. No que depender da Assembleia, Deputado Wilson Filho, de alguma audiência pública, de alguma sessão especial para tratar do tema, estaremos à disposição, juntamente com o Deputado Raniery, que é membro da CCJ, para ampliar cada vez mais este debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Vamos passar a palavra agora às entidades estaduais, que vão poder se manifestar pelo prazo de 3 minutos.

Eu convido para fazer uso da palavra o Dr. Francisco Ângelo Araújo, do SINTAF do Ceará. O senhor pode usar a tribuna à direita, por favor.

O SR. FRANCISCO ÂNGELO ARAÚJO - Nosso boa-tarde a todos e a todas. Quero lembrar ao Deputado José Mentor que lá no Ceará nós entramos pela esquerda. Não sei se ele se lembra disso. Lá nós entramos pela esquerda, aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - O senhor está à esquerda do auditório hoje. (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO ÂNGELO DE ARAÚJO - Muito bem.

Deputados Wilson Filho, Raniery Paulino, Manoel Junior, Janduhy Carneiro — perdoem se eu esqueci algum nome, mas sou do Ceará —, demais representantes de entidades, colegas de Fiscos Estaduais e do Fisco Federal, distintos representantes das carreiras jurídicas:



Nós falamos aqui em nome dos auditores fiscais da União, dos Estados e do Distrito Federal, em defesa da inclusão dessas carreiras na PEC 443.

Diferentemente de alguma fala de orador que nos antecedeu e fazendo coro com o Manoel Izidro, nós estamos aqui para somar, para tornar a PEC mais forte.

Um breve comentário sobre a relevância do Fisco. Já existe, sim, a previsão constitucional de que nossa carreira é essencial ao funcionamento do Estado. E não é só isso. Se partirmos para uma análise do viés econômico, veremos que representamos, dependendo da métrica, da gradiente de medição, 40% do PIB. Hoje nós vimos no jornal *Correio da Paraíba* que o PIB do Estado da Paraíba é composto de 31% do setor público, dinheiro arrecadado pelo Fisco.

Quando se fala em Estado, há vários vieses, várias correntes, várias observações. Alguns dizem que o Estado não tinha nem razão de existir — interpretação de Adam Smith, daquele conceito de “mão invisível”, essa coisa toda. Outra visão diz que o Estado serve apenas para fazer valer o cumprimento dos contratos. Já uma visão keynesiana diz que o Estado existe para suavizar ciclos. E outros dizem que o Estado existe para reduzir desigualdades, para acabar com a miséria.

Mas vejam o que temos hoje de real. Quando as unidades subnacionais falam, por exemplo, de saúde financeira, há de se pensar em arrecadação. Quando a União, quando o Governo retira 35 milhões de pessoas da miséria, que passam de uma classe para outra, passa-se pela arrecadação. Quando se fala num mundo onde os Governos — os Governos, e não as grandes corporações — se quotizam para salvar países, como acontece agora para ajudar Grécia, Portugal, Espanha, Itália, também se fala em arrecadação.

Enfim, queremos somar. As atividades essenciais ao funcionamento da Justiça somam-se às atividades essenciais ao funcionamento do Estado.

Para concluir, vou citar o sábio Salomão, que lá no *Livro de Eclesiastes* disse:

“Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu salário. Porque se um cair o outro levanta seu companheiro; mas aí do que estiver só, pois caindo não haverá quem o levante. Também, se dois dormirem juntos, se aquetarão; mas um só como se



aquestrará? Se alguém quiser prevalecer contra um, os dois lhe resistirão; o cordão de três dobras não se quebra com facilidade.”

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) – Muito obrigado.

Eu convido para usar a palavra a Dra. Josinete Dantas, da Defensoria Pública do Ceará.

A SRA. JOSINETE DANTAS - Eu gostaria de saudar a todos da Mesa. Peço vênha aos senhores para saudar a todos na pessoa da nossa Presidente da ASPA, a Dra. Sanny Japiassú. Sintam-se saudados.

Meus colegas, vou ser bem sucinta. A Defensoria Pública da Paraíba — e vou fazer uma queixa — sofreu um retrocesso de 20 anos. S.Exa. o atual Governador do Estado nos transformou em Secretaria de Estado. Nós nos empenhamos desde a Constituição de 1988, 5 de outubro de 1988, salvo engano, data da sua promulgação e vigência — ou foi 5 de fevereiro? —, e agora estamos na Paraíba numa luta titânica para ter nossos direitos reconhecidos.

Mas, graças a Deus, parece que a Assembleia Legislativa do nosso Estado, onde encontramos abrigo, um coração de mãe e de mulher paraibana, nos nossos representantes, entre eles o Raniery Paulino, meu querido, que vi quase bebê na década de 70, na Comarca de Guarabira; o Janduhy Carneiro, Presidente da CCJ da Paraíba, e os demais membros.

Quero de público congratular-me com os Deputados Estaduais e Federais e agradecer ao Deputado Luciano Cartaxo pela emenda à LDO do Estado da Paraíba, que consigna o duodécimo de 2% à Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Se tínhamos autonomia financeira e administrativa, hoje estamos sem nada. Precisamos pelo menos voltar ao patamar onde estávamos.

Quero fazer essa queixa em âmbito nacional. Sei também que a Câmara dos Deputados e o Senado da República estão nos auscultando. A Paraíba é pioneira, e eu preciso fazer o registro de que no Governo de Wilson Leite Braga houve a primeira assistência jurídica, quando se criou a figura do defensor público. Isso ocorreu antes da Constituição de 88. Antes, éramos advogados de ofício, com muita honra.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado. Convido para usar a palavra o Dr. Victor Hugo Pereira do Nascimento, do SINDIFISCO da Paraíba. (*Palmas.*)

V.Sa. dispõe de 3 minutos, apesar dos aplausos.

O SR. VICTOR HUGO PEREIRA DO NASCIMENTO - Obrigado, Deputado. Na realidade, serei breve. Quero cumprimentar os Deputados José Mentor, Manoel Júnior, Wilson Filho, Raniery Paulino, Janduhy Carneiro, e em nome de Sanny Japiassú, evidentemente, saudar todos os membros da Mesa, a nossa querida Sanny.

Aproveito as palavras da companheira que me antecedeu há pouco na tribuna, para reforçar também a nossa reivindicação, qual seja o nosso desgaste no Estado da Paraíba. Se a Defensoria Pública está com problemas sérios e pode ser rebaixada a uma secretaria, a administração tributária já foi rebaixada à condição de subsecretaria.

É um absurdo o que está acontecendo na Paraíba (*palmas*), onde o retrocesso chega a esse ponto. O Fisco paraibano evidentemente se acosta à luta dos defensores públicos, luta que vimos acompanhando há muito tempo. Estamos juntos nessa luta. E, no mesmo diapasão, sem dúvida nenhuma, companheiros, compreendemos a preocupação em relação à constitucionalidade ou não da inclusão das outras carreiras na PEC 443. Entendemos que não, evidentemente, mas estamos aqui para somar.

É claro que não estamos entrando de gaiatos, de carona, de jeito nenhum. É nossa intenção fazer com que as carreiras de Estado sejam incluídas realmente de forma forte. Com uma boa estrutura de Estado a população só tem a ganhar.

Senhores, como dissemos, estamos aqui para somar. Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado. Convido para usar a palavra o Dr. Teomano Leite Japiassú, da Associação Paraibana dos Auditores Fiscais da Receita Federal. (*Palmas.*)

O SR. TEOMANO LEITE JAPIASSÚ - Deputado Mentor, em nome de quem eu saúdo toda essa grande plateia que está trabalhando em prol da PEC 443. Como



o tempo é muito curto, falarei pouco. Quero só ratificar tudo o que os nossos auditores fiscais já esclareceram. Por ser a auditoria uma peça-chave na engrenagem da Nação, porque tudo começa conosco, se não houver a cobrança, o levantamento do débito, não haverá dinheiro, e sem dinheiro, nada funciona. Então, é preciso que sejamos protegidos. E essa proteção precisa ser constitucional para que seja assegurada a isonomia com as outras carreiras da Advocacia Pública e da Magistratura.

Com o salário vinculado, ficam protegidos contra as pressões indevidas os auditores e a sua integridade, não os deixando tornarem-se reféns de dirigentes políticos do Governo, que, por definição, são transitórios, mas entram, pensando que não saem mais e começam a fazer maldade em geral. *(Palmas.)* Chegam cheios de promessas, mas elas mudam de acordo com seu humor. Segundo a sabedoria popular, sua palavra e suas ações vivem mudando. A sabedoria popular diz que nessas pessoas nós não podemos confiar porque sua palavra é igual a um risco na água. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Confesso que não quero criar nenhum problema familiar, mas eu vou chamar a D. Sanny Japiassú dos Santos, da ASPAS, Associação dos Procuradores do Estado da Paraíba, para usar da palavra por 3 minutos. *(Palmas.)*

A SRA. SANNY JAPIASSÚ DOS SANTOS - Deputado José Mentor, neste momento tão especial, em que tantos colegas, companheiros de luta, servidores da Paraíba, estaduais e federais, encontram-se presentes, eu não poderia deixar de registrar a posição da ASPAS mesmo que às vezes seja até um pouco incômoda ou dolorosa. Mas temos que tratar a questão com seriedade e respeito.

A nossa associação estadual, a ASPAS, tanto quanto a nossa associação nacional, a ANAPE, tem uma posição muito firme. Entende que a PEC 443 é a PEC da Advocacia Pública, é a PEC das Funções Essenciais à Justiça. *(Palmas.)* E defende, entende e encaminha a luta no Congresso Nacional nesse sentido, reconhecendo também a legitimidade, o direito, a necessidade e a urgência de que as demais categorias que aqui estão também lutem por suas remunerações, seus subsídios dignos, independentemente do humor dos governantes, como foi dito há bem pouco tempo aqui por uma pessoa que me antecedeu.



Sabemos que o que tem dificultado a aprovação de PECs é exatamente o volume de carreiras profissionais que as integram. Esta é a desculpa que quem está lá em cima, ou seja, no Palácio do Planalto, nos Governos Estaduais, usa para dizer que é a proposta inviável, porque a repercussão é muito grande. Aí não acontece nada.

O que temos visto? Por exemplo, a luta da segurança pública não está configurada na PEC 300? A PEC dos engenheiros não é, se não me engano, a PEC 02? E assim vai. Então, defendemos que as categorias que tenham mais semelhanças entre si e possam, inclusive por sua atividade, ser utilizadas na defesa e na fundamentação, que elas se unam.

Outra coisa que eu quero também deixar clara diz respeito ao sentimento de solidariedade. Afirmo que hoje, na Advocacia Pública Estadual da Paraíba, entre os Procuradores e os funcionários das demais carreiras, ele é — tenho certeza — real e verdadeiro. E escuto isso também na ANAPE. Nós estamos prontos para colaborar, para ajudar, para lutar junto. Agora, esta é a nossa PEC. Então, eu não podia deixar de dizer isso a todos vocês que estão aqui presentes.

Para concluir, porque sei que o Deputado José Mentor já está olhando para mim, quero dizer só o seguinte: a Constituição Federal tem uma seção que trata da Advocacia Pública, um capítulo onde estão definidas as três carreiras: Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. O que acontece? Como se entende que o Ministério Público já tenha conseguido isonomia com a Magistratura, e as demais categorias não? Na Constituição não está dito que determinada carreira é mais importante ou menos importante que a outra. O tratamento constitucional se dá no mesmo nível. Então, como isso acontece? Tem que ter um fim. É por isso que estamos nessa batalha, lutando para que a Constituição Federal seja respeitada, seja cumprida e que nossos Deputados Federais e Senadores façam a sua parte nessa luta, que é nossa, mas também dos nossos Parlamentares.

Um abraço grande e muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Dr. Chico Franca, ex-Prefeito de João Pessoa. Muito obrigado pela presença. *(Palmas.)*

(Não identificado) - E Procurador do Estado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - E Procurador do Estado.

Concedo a palavra ao Dr. Glauco José Eggers, da Delegacia Sindical na Paraíba, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O SR. GLAUCO JOSÉ EGGERS - Boa tarde, senhoras e senhores e colegas — acho que somos quase todos colegas aqui.

Quero parabenizar a ASPAS pela iniciativa, bem como os nobres Deputados Federais presentes, José Mentor, representante do Estado de onde sou natural, e Wilson Filho e Manoel Junior, representantes do Estado que eu tenho a ousadia de chamar de meu também — estou aqui há 16 anos —, por trazerem mais uma audiência pública importante para o Estado da Paraíba, como outrora fizeram com a audiência pública da reforma tributária.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados, na condição de Presidente da Delegacia Sindical dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil na Paraíba e de auditor-fiscal, que, cotidianamente, no meu trabalho, eu sou um intérprete da norma tributária nos princípios da hermenêutica. Conduzo um inquérito, verifico o cumprimento da norma tributária e produzo um ato ao final que pode vir a estabelecer uma relação jurídica entre o cidadão contribuinte e o Estado e a declarar e constituir o crédito tributário. A constituição do crédito tributário é o fundamento, é atividade essencial do Estado, da qual as demais importantíssimas atividades do Estado dependem, porque, sem os recursos públicos, o Estado não produz nada, não pode atender às demandas da população.

Não temos nenhuma pretensão com isso de nos colocarmos à frente de nenhuma outra atividade estatal ou de termos preeminência sobre ela, mas estamos aqui pelo reconhecimento dessa atividade fundamental do Estado e para lembrar que a ciência do Direito é muito ampla, que ela não se limita a algumas poucas carreiras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Indago se há algum representante de entidade estadual que não tenha sido ainda contemplada que queira usar da palavra. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra para sua primeira consideração ao Deputado Federal...

Convido o Dr. Petrov para falar em nome da ANAUNI, da Paraíba.



O SR. PETROV FERREIRA BALTAR FILHO - Sou da Associação Nacional dos Advogados da União.

Primeiramente, quero cumprimentar a Mesa. Agradeço demais ao Deputado José Mentor e aos Deputados Manoel Junior e Wilson Filho a oportunidade que a população paraibana está tendo de contribuir de alguma forma para este importante debate. É relevante que audiências como esta ocorram para debate dos demais temas de importância nacional.

Eu particularmente deveria ter interesse de que a carreira de auditor-fiscal se integrasse a essa PEC, pois minha esposa é auditora fiscal estadual e seria muito interessante, se possível, a inclusão dos auditores-fiscais na PEC 443. De outro lado, todos temos que analisar a topografia constitucional em que essa PEC pretende ser inserida. Há necessidade de modificar o art. 131, um artigo da seção que trata das Funções Essenciais da Justiça, como aqui já foi extensamente ressaltado.

Então não há possibilidade jurídica — vamos falar dessa forma —, e não sei se já passou pela CCJ, mas ela certamente, no momento adequado, vai entender que não é possível alterar um artigo constitucional de forma que se incluam os auditores-fiscais.

Gostaria de deixar ressaltado, como foi dito pelo Dr. Fernando que me antecedeu, que isso nada mais é que uma tentativa dos legisladores do momento de consertar algo que não fez o Constituinte de 1988. Quem leu o livro de Saulo Ramos, *Código da Vida*, sobre aquela época, 1988, que não havia no Estado brasileiro, um País de bacharéis, advogados que o defendessem. Então, em 1988, foi criada a Advocacia-Geral da União e é de lá para cá que essa instituição vem se estruturando.

Mas se foi o Ministério Público da União àquela época que batalhou junto aos Constituintes para dotar-se de autonomia e de toda a estrutura para que eles hoje sejam uma instituição reconhecida e tenham uma função pública que quase toda a sociedade já conhece, hoje a Advocacia Pública sofre com esse reconhecimento. Isso se deve à falta de estrutura que àquela época não foi possível obter em função de não existir uma categoria que lutasse junto ao Constituinte para que ela fosse estruturada.



Nós agora pretendemos com essa PEC que a Advocacia Pública possa apenas na questão remuneratória — porque isso não vai ser o suficiente, temos outras bandeiras de luta para que se busque a estrutura adequada — alcançar uma justiça em relação à legislação do momento.

Há necessidade de que haja uma paridade de armas entre aqueles que litigam. Hoje, não há uma paridade de armas. O magistrado tem uma remuneração, o membro do Ministério Público tem outra remuneração e o representante do Estado tem uma remuneração bem inferior.

Portanto, não é interessante para o Estado brasileiro que a legislação continue dessa forma. Para o Estado brasileiro, para a sociedade é importante que o Estado tenha uma assessoria jurídica adequada e tenha uma representação judicial de nível para bem defender os interesses do Estado e do próprio cidadão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Quero registrar que as inscrições das pessoas da plateia que queiram usar a palavra continuam em aberto. Temos mais três inscritos. Tínhamos combinado que esse número poderia chegar a dez. Se há alguém que queira... O Agamenon está ali atrás para colher as inscrições. Quem quiser pode se inscrever.

Vou chamar para fazer uso da palavra o Deputado Manoel Junior, membro da Comissão Especial da PEC 443 — muitos o chamam de Manoel Filho, mas é Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Cumprimento o meu colega Presidente, Deputado José Mentor, e o Deputado Wilson Filho, a quem agradeço pela parceria no requerimento aprovado pelos nossos pares na Comissão Especial da PEC 443 para realizar essa audiência pública em João Pessoa.

Alguém que me antecedeu disse que a Paraíba estava de parabéns. Este ano só da minha parte trouxemos duas audiências públicas, assim como os Deputados Efraim Filho, Wilson Filho, Hugo Motta e o Senador Vitalzinho, para que temas nacionais sejam debatidos também nos nossos Estados, na nossa terra natal.

Quero cumprimentar, Deputado José Mentor, toda a Mesa, em nome de duas mulheres guerreiras, Tânia e Sanny Japiassú, e todo o Plenário. Quero abraçar os Procuradores da República, os Advogados da União, os Procuradores do Estado, os Defensores Públicos.



Quero, neste momento, solidarizar-me com o que foi dito em relação à intransigência, à prepotência e à usurpação dos direitos constitucionais de uma categoria. *(Palmas.)*

Não posso deixar de cumprimentar os auditores da Receita Federal, os auditores do Trabalho, assim como os auditores do nosso brilhante Fisco estadual recentemente aviltados e oprimidos pela intolerância e pela prepotência. *(Palmas.)*

Quero dizer que me sinto muito honrado — eu e o Wilson — pela indicação, dois membros da bancada da Paraíba e do PMDB, para representar o nosso partido nesta Comissão Especial.

Quando a Câmara designa uma Comissão Especial é justamente porque o tema tem relevância, tem simbologia em relação não apenas ao assunto, mas principalmente àquilo que o povo brasileiro precisa: um Estado forte, um Estado que dê condições e que respalde a nossa população de demandas que muitas vezes ocorrem nos Municípios e nos diversos rincões deste País continente.

Essa PEC que se originou de uma propositura de um grande jurista, colega nosso, Deputado Bonifácio de Andrada, sensibilizou não só a nós que fazemos parte hoje desta Comissão Especial, membros titulares e suplentes, mas principalmente a Presidência da Casa, o Presidente Marco Maia, a Mesa Diretora que se fez representar na instalação da Comissão Especial.

Contamos com um Relator brilhantíssimo, um cidadão de uma experiência muito vasta, Deputado Mauro Benevides, a quem convidei ontem à tarde.

Devo dizer também que quase aqui não chego. Perdi o primeiro voo no início da noite, perdi outro às 9 horas, perdi o de Hugo Motta, o das 23 horas, perdi o de 23h50min. Só pude sair da Câmara 1h40 da manhã por conta das emendas ao Orçamento da União. Ou seja, não cheguei antes porque não tinha voo.

Convidei o Deputado Mauro Benevides para vir aqui, mas ele me disse: *“Olha, Manoel, eu vou me fazer representar — e está muito bem representado — pelo Presidente Mentor que já deve ter ido”*. Eu disse que seria interessante ter os dois. O Deputado Mauro Benevides foi Senador, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente da República de forma interina. Ou seja, é um Parlamentar de experiência muito vasta e, com certeza, terá equilíbrio para fazer o melhor relatório.



Estaremos lá justamente para defender os interesses não só da Paraíba, do Brasil e do povo brasileiro. Podem confiar, não apenas no Presidente Mentor, no Deputado Manoel Junior, no Deputado Wilson Filho, mas em todos os membros titulares e suplentes da Comissão.

Muito obrigado, vamos continuar ouvindo os companheiros nesta audiência pública. *(Palmas.)*

Perdoem-me, mas eu deixei de cumprimentar dois brilhantes Parlamentares: os Deputados Estaduais Janduhy Carneiro e Raniery Paulino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Obrigado.

Vou passar a palavra agora a outro membro da Comissão Especial da PEC 443. Há pouco eu disse que coordenava, junto com o Manoel Junior, na nossa região, os trabalhos para unificá-los e tentar resolver essa dificuldade...

Vou chamar o Deputado Wilson Filho, que muitos chamam de Wilson Júnior, para falar.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Muito boa tarde ao nosso Presidente José Mentor, aos Deputados, aos amigos da Mesa e principalmente a cada um dos presentes, a cada um dos senhores e das senhoras, que muito nos honram e nos motivam a trazer, como disse V.Exa., Deputado Manoel Junior, mais e mais audiências para debater com o povo da Paraíba.

Presidente, se o nosso Relator, Deputado Mauro Benevides, aqui estivesse — embora esteja bem representado por V.Exa., que agora representa a Presidência e a Relatoria, daí a sua importância — iria perceber, como percebe V.Exa., que a cada fala de um paraibano, e quem veio de outro Estado quando chega na Paraíba vira paraibano devido à nossa hospitalidade, como ressaltou muito bem a Sanny Japiassú, sugestões brilhantes. V.Exa. vai constatar isso em todas as audiências. O Deputado Manoel Junior, assim como os Deputados Estaduais Raniery e Janduhy vão confirmar o que eu digo, que o paraibano sempre apresenta sugestões brilhantes.

Em todas as audiências de que participei na Paraíba, em João Pessoa e em qualquer Município do Estado, vi a Paraíba sendo homenageada e elogiada nas Comissões quando voltamos a Brasília. *(Palmas.)*



Parabéns a vocês, parabéns pelo alto grau de discussão, com cada setor apoiando o outro. Meus parabéns. É um prazer representar a Paraíba e o PMDB nesta Comissão, onde fiz com o Deputado Manoel Junior um honroso requerimento para realizar aqui esta audiência pública e saber realmente o que os senhores e as senhoras pensam dessa PEC.

Recebi inúmeras e ilustres pessoas no meu gabinete em Brasília para tratar dessa PEC. Foi aí que percebi, com a presença dessas pessoas, a importância de levar a Comissão à Paraíba. Aqui estamos para tratar com cada um de vocês dessa PEC tão importante. Ela recebeu o apoio, e eu o represento também, do Senador Wilson Santiago, autor da PEC 465, que coloca a Defensoria Pública, lá em 2010, e o Ministério Público junto com a Advocacia Pública na discussão da PEC 443.

Então, a PEC 443, discutida pela Comissão, tem como apenso a PEC 465, que coloca juntos a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Estamos representando a Comissão Especial da PEC 443, que trata de um objeto tão importante, não somente para vocês, mas para o Brasil. É certo que a Justiça precisa muito de cada um de vocês que representam às vezes tão bem o Estado e muitas vezes o povo que mais precisa. Mas, realmente, foi tendo como objetivo maior ajudar o povo paraibano que trouxemos esta Comissão à Paraíba.

Muito obrigado e meus parabéns a cada um de vocês. Parabéns a cada um dos setores. Com certeza, conseguiremos junto com o Presidente José Mentor e com o Relator Mauro Benevides, Deputado do Estado do Ceará, e com o Deputado Manoel Junior chegar a um consenso. Com a participação de cada um de vocês na Assembleia, de cada um dos representantes de todos os órgãos nacionais e estaduais e, principalmente, de cada um de vocês com a importância de suas presenças, vamos chegar a um consenso. Essa PEC vai ajudar os setores e as categorias que realmente precisam, cada um, com suas qualidades e virtudes, superando um suas dificuldades, seus obstáculos.

Parabéns a todos vocês, meu muito obrigado. É um prazer representá-los lá em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Vou indagar ao Agamenon se alguém mais se inscreveu. *(Pausa.)* Ninguém mais.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Presidente, só um minuto.



Foi entregue a cada um dos presentes na porta de entrada uma pasta contendo meus contatos para sanar qualquer dúvida, qualquer assunto relacionado não só à Comissão, mas a qualquer outro assunto. Ali estão todos os meus endereços, *e-mails*, números das pessoas que trabalham comigo e, atrás do cartão, um agradecimento especial pela presença de vocês, além de uma ficha de adesão.

Que ficha de adesão é essa? É para vocês colocarem seus dados e para que eu possa via *e-mail* — principalmente o nome e o *e-mail* corretos e a profissão — dar continuidade a esse debate que não acaba hoje. Ele vai continuar em 1º de dezembro em Brasília, continua com nós todos querendo acertar muito mais do que qualquer outra coisa.

Peço a todos que entreguem essa ficha ao Clidevaldo Sampaio — ele está ali atrás em pé. É muito importante continuarmos o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Vamos chamar o primeiro orador inscrito em nome pessoal, Dr. Rubens Nakano.

O SR. RUBENS NAKANO - Boa tarde plateia. Saúdo a Mesa e todo o auditório, em nome dos Deputados José Mentor, Wilson Filho e Manoel Junior que compõem a Comissão da PEC 443.

Vou começar minha fala dizendo que nós, Auditores Fiscais da Receita Federal, e os Advogados da União enfrentamos juntos várias batalhas. Eu rememoraria 2008, quando, através daquela greve forte que fizemos, tanto os auditores fiscais da Receita quanto os advogados da União, resultou na Lei nº 11.890, que taxativamente dispõe que os cargos de advogados da União e de auditores fiscais da Receita se submetem ao mesmo modelo remuneratório, o subsídio, e ambos os profissionais chegam ao topo de suas respectivas carreiras com exatamente o mesmo valor de subsídio. Então, nós já temos uma história.

A PEC nº 443 trata da correção de uma injustiça, como bem disseram aqui os procuradores, os advogados da União e os defensores: a equiparação de subsídio como forma de reconhecimento da advocacia como função essencial à Justiça.

Nós, auditores, também exercemos grande parte de funções essenciais à Justiça, seja na área da interpretação da legislação tributária, seja na área previdenciária, na aduaneira ou na de tributos internos. Além disso, como função



privativa nossa, temos várias atividades ligadas à Justiça, tais como: elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo fiscal, bem como em processo de consulta, restituição ou compensação de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais; proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à interpretação da legislação tributária. Além disso, também somos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público como carreiras de essencialidade jurídica.

Ao lado disso, colegas — agora eu quero me dirigir diretamente aos Deputados membros da Comissão que analisa a PEC —, a nossa atividade é reconhecida em dois incisos da Constituição — tanto no inciso XVIII como no XXII, do art. 37 —, que reconhecem a administração tributária como função essencial à existência do Estado, pertencendo tanto ao Poder Judiciário como ao Poder Legislativo e ao Executivo. Então, colegas, a nossa atribuição nos dá certo respaldo para entrar nessa PEC.

Como forma de conclusão, farei uma recomendação. Hoje, os limites do País não estão restritos às nossas fronteiras geográficas; vão muito além: com a globalização, todas as companhias brasileiras que vão se instalar no exterior têm que se submeter a leis e regras de outros países, e aí entra um interesse que é muito maior, o interesse do nosso País. Então, nós temos que estar todos unidos em defesa do Brasil. Quando a PETROBRAS e a Gerdau, por exemplo, vão se instalar em outro país, há interesses imensos de outros países, por exemplo, na retenção do lucro, no não envio de remessas de tributos para o nosso País.

Então, colegas, hoje o nosso País exige uma união muito grande das carreiras típicas de Estado, muito mais do que imaginamos, como uma disputa de forças para ver o que é melhor e o que é pior. Isso tudo é muito maior. Por isso, Deputados, eu peço a inclusão dos auditores nessa PEC e, muito mais, peço que os senhores se empenhem, depois, na aprovação dela no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, anuncio a presença do Vereador Antônio Pereira, de Campina



Grande, e do companheiro Clodoaldo, de São Miguel de Itaipu. Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Convido para usar a palavra o Dr. Felipe Moraes.

O SR. FELIPE MORAES - Exmo. Sr. Presidente da Comissão que analisa a PEC nº 443, eu iria falar em nome da ASPAS, porque me foi solicitado pela Dra. Sanny Japiassú, mas posso tecer algumas considerações a respeito da nossa carreira da Procuradoria.

A *mens legis*, a razão dessa alteração constitucional, é o reconhecimento de que a justiça não está sendo feita dentro do sistema que existe hoje. E não está sendo feita porque não se demanda gastar apenas com o Judiciário em si, com a pessoa do juiz, esquecendo-se das outras categorias que também são diretamente relacionadas com a concepção de um ideal de justiça em sociedade.

Então, eu acho que é disso que temos que tratar nesta PEC. Esta é a nossa luta, e acredito que, por isso, devemos aprová-la do jeito que está proposta por esta Comissão.

Obrigado e bom trabalho à Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Obrigado.

Chamo para usar a palavra o Dr. Antônio Pereira, Vereador de Campina Grande, que já foi saudado aqui como tal.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA - Sr. Presidente José Mentor; amigo Deputado Manoel Junior; Deputado Wilson Filho, a quem agradeço a participação conosco nesta tarde; Deputado Estadual Raniery Paulino; Deputado Janduhy Carneiro, amigo e Presidente da FENAFISCO, Manoel Izidro, na pessoa de quem quero cumprimentar os demais amigos e autoridades presentes à Mesa; companheiros do FISCO da Paraíba, que cumprimento de maneira muito especial, pois nós, que fazemos o SINDIFISCO, ficamos muito orgulhosos de todos vocês pelo trabalho que foi feito recentemente, boa tarde.

Sr. Presidente Mentor, eu gostaria, em primeiro lugar, de dar os parabéns ao Deputado João Dado, do PDT de São Paulo, que não pôde estar aqui conosco hoje, apesar de ser autor da Emenda nº 5 à PEC nº 433. Não fosse por ele, não estaríamos nesta luta, com esta Comissão ouvindo todos nós pelo Brasil inteiro.



Portanto, meus parabéns ao companheiro, amigo e Deputado Federal João Dado, que é auditor fiscal e tem essa visão clara.

Eu não sou, evidentemente, da carreira jurídica e, conseqüentemente, tenho minhas limitações de ordem constitucional. Quando escuto alguém se opor a esta PEC, em especial à Emenda nº 5, eu fico de imediato me perguntando: *“Será que realmente é inconstitucional? Será que os nobres constitucionalistas presentes defendem a PEC exatamente nessa linguagem?”* Esta é uma pergunta que eu gostaria de fazer. Se a PEC não é nossa, por que não pode ser nossa? Eu não ouvi ninguém dizer porque não é nossa. Por que não é nossa, mas apenas de alguém ou de alguma parte? Então, essa é a minha primeira preocupação. Uma pergunta socrática para quem não entende de direito. Permitam-me, desculpem-me os nobres constitucionalistas presentes. Não é nem uma ofensa, nem uma questão também de separação; é de aglutinação.

E diria mais, entrando em uma questão de ordem política: eu me lembro muito bem que, em 1993, 5 anos depois da Constituição, pela primeira reforma, em 1998 — o companheiro Elias está aqui presente —, e em 2003, nós batemos às portas do Congresso Nacional para que não sucumbíssemos, na condição de servidores públicos, porque a tentativa era de se instalar o Estado mínimo e acabar exatamente com as carreiras típicas de Estado. Certamente, os Deputados aqui presentes sabem dessa história. E, não fosse pela força política de todos os companheiros do Brasil inteiro, dos auditores fiscais federais, estaduais e municipais e de todas as instituições; não fosse pela decisão política de protestar, de buscar e de encontrar uma saída para todos nós, hoje não estaríamos evocando o art. 37, o art. 18, de que o companheiro acaba de falar, e o art. 22, que o Nakano também citou.

Portanto, eu quero evocar todos os companheiros, pois este é o momento de fortalecimento da PEC nº 443, é o momento de crescimento de todos nós. Fortalecer o Estado é fundamental. Eu sei que cada um tem sua linguagem própria. A nossa linguagem é a do reforço de Estado, porque a cada momento nós vivemos dificuldades imensas.

A companheira da ASPAS, agora há pouco colocava essa situação para todos nós: em 1988, já existia na Paraíba uma situação de avanço; hoje nós estamos regredindo. E isso está para acontecer na Paraíba de novo, se nós, o Fisco



do Estado da Paraíba, não tivermos a atenção voltada para o crescimento e o fortalecimento do Estado.

Então, eu coloco nossa posição — para concluir, Sr. Presidente —, dizendo que nós estamos a favor da PEC nº 443, inclusive pela votação e aprovação da Emenda nº 5, colocada pelo nosso companheiro Dado, com a certeza de que não estaremos prejudicando os demais membros que fazem parte dessa caminhada tão justa, também, para os auditores fiscais do Brasil inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

Eu indago se há alguém mais que queira falar em nome próprio.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Wilson Filho, para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Bem, queria agradecer mais uma vez a presença de cada um, a argumentação e a fundamentação de cada um. Podem ter certeza de que cada palavra proferida aqui foi colocada e gravada pela equipe da Câmara dos Deputados. Por isso, não apenas o Deputado José Mentor e os Deputados Manoel Junior e Wilson Filho estão aqui. A equipe da Câmara dos Deputados está ali atrás, gravando cada palavra de vocês, para que isso seja estudado, analisado, e para que, lá em Brasília, na Comissão, nós possamos unir, e, como muito bem disse nosso Vereador de Campina Grande, tentar aglutinar o máximo possível, para que mais e mais categorias, na medida do possível, possam ser beneficiadas com algo que realmente merecem.

Então, parabéns a cada um de vocês.

Agradeço a todos que já passaram a ficha para Clidevaldo Sampaio. A quem ainda não passou, eu peço mais uma vez que o faça na saída, quando finalizarmos, porque isso é muito importante para que o debate continue, e para que, realmente, esta audiência não sirva apenas para lotar, ainda que de forma brilhante, o auditório da PBTur, mas que realmente sirva para que possamos ajudar quem já ajudou muito o povo da Paraíba e o povo brasileiro.

Meu muito obrigado. Obrigado, Presidente, Deputado José Mentor. Tenho certeza de que, primeiro, o senhor nunca vai errar meu nome, porque já erraram algumas vezes, e, então, o senhor o gravou. E, depois, que o senhor vai poder voltar



algumas outras vezes. Amanhã ele tem que fazer umas inaugurações em uma cidade em São Paulo, e está quase arriscando perder o Prefeito para ficar o final de semana em João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Então, obrigado. Obrigado pela presença.

Deputado Manoel Junior, a parceria com o senhor é sempre muito honrosa. É com muita alegria que nós estamos trabalhando unidos lá em Brasília.

Todos os representantes nacionais, em nome dos Deputados Raniery Paulino, Janduhy; os representantes nacionais e estaduais, em nome da minha querida amiga Sanny Japiassú; grandes amigos, parceiros, que nós possamos continuar com as duas PECs, a PEC nº 443, de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada, e a PEC nº 465, de autoria do Deputado Wilson Santiago.

Meu muito obrigado, uma boa tarde e um bom final de semana para todos.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Para suas palavras finais, concedo a palavra ao Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Presidente Mentor, eu quero me despedir da Mesa, cumprimentando o Deputado Wilson Filho, meu amigo; o Deputado Estadual Raniery; o Deputado Estadual Janduhy; as entidades aqui representadas, e dizer que, como já tive a experiência não só de presidir, mas de relatar PECs, como a PEC nº 190, da qual eu fui Relator e que aprovamos por unanimidade, em tempo recorde, imagino que essa seja apenas a primeira etapa de uma luta.

A PEC nº 443 com certeza será aprovada. É importante que vocês tenham tenacidade para acompanhá-la; é importante que vocês estejam mobilizados, depois, para priorizar a sua aprovação em plenário e para acompanhá-la, na sequência, na outra Casa, e, principalmente, para que ela possa ser efetivada.

Eu desejo sucesso a todos. Vamos fazer a nossa parte como paraibano, como nordestino, e, principalmente, como membro desse grande contingente de quase 200 milhões de habitantes, em favor do nosso futuro, do nosso desenvolvimento.



Agradeço muito ao companheiro Mentor, não só pela tarefa de presidir a Comissão Especial, mas principalmente pelo desejo de servir ao povo brasileiro, e, principalmente, às categorias que estão lutando pela aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição, para, obviamente, aprimorar a nossa Constituição, em favor dos serviços a serem prestados ao povo brasileiro.

Agradeço a sua presença.

Quero dizer que nós estamos à disposição de todos e de todas e agradecer a presença nesta audiência pública, que foi extremamente importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Mentor) - Muito obrigado, Deputado Manoel Junior.

Antes de fazer um alerta que eu tenho feito em todas as audiências de que participei, queria chamar a atenção das entidades nacionais, em especial, porque essa decisão foi tomada ontem, de modo que vocês serão os primeiros a saber. No dia 1º de dezembro, nós vamos realizar um seminário, das 9h às 14h, na CCJ, em Brasília, no qual haverá duas mesas, pelo tipo de debate que as audiências trouxeram até este momento.

Na primeira delas, nós vamos discutir se essa PEC tem que tratar das carreiras essenciais à Justiça, das carreiras jurídicas ou das carreiras de Estado. Então, quem defende cada tese vai se organizar, e cada uma delas terá direito a duas inscrições. Elas vão fazer o mesmo que já fizeram aqui, em parte: contar a história da carreira, como ela se originou, por que é, por que não é, qual é seu o fundamento constitucional, por que aqui, por que não acolá. Enfim, nós vamos tentar sintetizar, para que a Comissão possa deliberar acerca da maneira como vai se comportar.

Na segunda mesa estarão as várias entidades nacionais, cada uma delas defendendo a sua carreira, dizendo como se enquadra naquela questão que nós discutimos na primeira mesa. Então, eu estou alertando as entidades para que se preparem, porque eu acho que ali vai ser a conclusão dos debates, e será muito produtivo, como foi aqui, hoje.

Aliás, eu queria cumprimentar os Deputados Wilson Filho e Manoel Junior pela qualidade do debate, pela mobilização. Foi uma das maiores que nós fizemos.



A maior foi a do Ceará; depois, a de São Paulo; e vocês estão ali, no mesmo patamar. (*Palmas.*)

E quero aproveitar aqui e dizer que eu tinha certeza de que os Deputados Raniery Paulino e Janduhy — nome de um primo meu — Carneiro teriam tido, tenho certeza, o maior prazer de nos receber na Assembleia Legislativa, não fossem os empecilhos burocráticos. E a presença de vocês aqui engrandece muito a nossa audiência.

Quero dizer que agradeço também à PBTur por nos acolher tão amistosamente neste momento.

E, para terminar, eu queria fazer esse alerta, porque às vezes a gente acaba se envolvendo de tal sorte com a questão específica que se esquece de pensar um pouquinho no geral que está acontecendo. E é importante, então, a gente também enxergar aquilo que está acontecendo no geral.

Primeiro que os senhores já perceberam que, se fôssemos apenas decidir quais carreiras entram e quais não entram, já existiria briga para mais de metro. Já seria uma confusão danada, só para ficar no negócio das carreiras, sem falar em mais nada. Mas não é só isso que está em jogo.

Na Câmara dos Deputados, cresce o número de Deputados que vêm falando, cada vez mais, que a nossa Constituição é muito detalhista e chega ao ponto de garantir salários. Há aqueles que acham que não deve ter salário nenhum na Constituição, nem colocar mais. Há os que chegam a propor a retirada dos que estão lá.

Evidentemente, há um argumento forte, em contrapartida, para que os salários estejam definidos na Constituição que é a necessidade de evitar que as carreiras de Estado, as carreiras jurídicas, ou as carreiras essenciais da Justiça — para não criar problema entre nós, aqui — fiquem ao sabor dos Governos, quando um entra e outro sai, valorizando esta ou aquela carreira. Então, há argumento forte para se debater o tema.

Mas eu acho que a conjuntura econômica que nós vivemos hoje puxa um pouco para o lado contrário da nossa pretensão com a PEC nº 443. Ela já viveu um outro momento muito mais propício. O Presidente Lula, nos 8 anos de Governo, tratou de uma maneira diferenciada da que nós tínhamos visto anteriormente a ele



as carreiras do funcionalismo público do Brasil. Várias carreiras foram reformuladas, tiveram aumento de salário, enfim, o Governo tratou de uma maneira diferente o funcionalismo público.

A conjuntura atual é outra. Os senhores devem ter reparado que a Presidente Dilma, logo que ganhou a eleição... Um pouquinho antes o Presidente Lula já havia puxado um pouco o breque de mão. Nós estávamos crescendo 7,5% ao ano, mas a inflação começou a ameaçar sair do controle — os senhores sabem disso —, e ele puxou um pouco o breque de mão para tentar segurá-la, porque não podia deixá-la sair do controle, já que a inflação é mais ou menos como peso: para ganhar peso, basta um fim de semana tomando cerveja, mas, para perder três ou quatro quilos, leva-se seis meses, um ano, fazendo sacrifício, sem poder comer pizza. A mesma coisa é a inflação: para perder o controle, é para já, mas depois, para colocá-la no lugar, é um sacrifício danado. Então, não podia perder o controle. Por isso, ele puxou um pouco.

E a Presidenta Dilma puxou o breque forte. Congelou 40 bilhões do orçamento, mais 10 bilhões depois, para que a inflação não desfizesse o ganho que a população teve no salário mínimo e tudo aquilo que fez crescer o Brasil nos últimos anos. Só que, depois, o quadro internacional mudou: a inflação já havia começado a ficar sob controle, mas houve a ameaça não só de a inflação cair, mas de o crescimento cair também. Por isso, a Presidenta foi obrigada a dar uma guinada na economia. Começou, então, a baixar juros, a aumentar o consumo e a aumentar o crédito — estamos vendo isso nos últimos meses —, para tentar segurar o efeito da crise internacional no Brasil. Não depende só de nós. Nem dela nem de nenhum de nós aqui.

Esse quadro leva à seguinte visão: não vamos gastar nada. Vamos segurar as pontas. Não podemos gastar, porque podemos passar por maus bocados. Então, todos que tiverem projetos ou PEC que aumentem despesas já entram na contramão da conjuntura.

Estou chamando a atenção dos senhores para isso porque precisamos considerar essa situação para sabermos como nos comportar.



E existe o outro lado, que é a pressa. Todos querem conseguir o que pleiteiam o mais rápido possível, mas, às vezes, a pressa é inimiga da perfeição. Então, temos que tratar disso com muita parcimônia.

Conversei há pouco com os Deputados daqui, dizendo: “Olha, nós vamos fazer uma reunião em Brasília, logo em seguida ao seminário, com os Deputados mais envolvidos, e vamos discutir como será nosso comportamento. Vamos decidir se devemos nos apressar para votar a PEC agora ou se é melhor esperarmos um pouco e, mais à frente, com mais tranquilidade, vermos o quadro conjuntural mudar um pouco para ser o mais positivo. Enfim, nós vamos discutir isso, e, qualquer decisão que tomarmos nesse aspecto, não significa que queiramos protelar, deixar de votar ou estejamos com medo de decidir. Não! Nós vamos decidir! Nós vamos achar a saída! Para o bem, para o mal, para um, para o outro, não importa. A Comissão vai votar, vai achar uma saída e vai deliberar. Com isso, nós vamos tomar a posição que acharmos melhor para todos”.

Faço essa consideração porque vamos realizar no dia 1º o seminário, que, acredito, vai consolidar as audiências e, em seguida, a Comissão vai deliberar, espero, com o apoio de todos os senhores.

Muito obrigado pela presença de todos e das entidades.

Boa noite. (*Palmas.*)